

# ESTRATÉGIAS DE ENSINO E RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA UTILIZADOS NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

Gisele Silva Araújo

*Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp – Presidente Prudente).*

## INTRODUÇÃO

Pretende-se com este artigo apresentar experiências práticas sobre o uso de estratégias e recursos pedagógicos na sala de aula regular com um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tais estratégias e recursos pedagógicos foram adotados com o objetivo de potencializar habilidades e mediar o desenvolvimento da interação social de um estudante de 13 anos, matriculado no 8º Ano do Ensino Fundamental II da rede particular de ensino do município de Mirante do Paranapanema – SP. O estudante, que aqui será citado como P.L<sup>1</sup>, estuda nesse mesmo colégio desde quando ingressou na Educação Infantil aos quatro anos.

No presente artigo será apresentado um relato síntese do caminho percorrido pela professora de Geografia durante o início da sua trajetória docente no ensino básico, nos anos de 2014 e 2015, o qual teve como primeiro desafio romper as barreiras do preconceito em relação ao Autismo e a Inclusão.

Ao concluir a Licenciatura em Geografia em 2014 ingressei em um colégio particular para lecionar a disciplina de Geografia no 6º, 7º, 8º e 9º do Ensino Fundamental II no município de Mirante do Paranapanema. No primeiro dia em que comecei a lecionar me deparei com um aluno, que simplesmente após 20 minutos de aula pegou a sua mochila, levantou-se e exclamou: “A sua aula já me cansou, achei que seria diferente, vou embora!” Se encaminhou para a diretoria

do colégio e depois retornou ao ter o seu pedido negado pela coordenadora. A cena se repetiu por algumas semanas, e piorou quando P.L passou a se recusar a fazer as tarefas de casa e prestar atenção na aula. Ao buscar ajuda com os professores mais experientes, fui tomada por uma enorme frustração, pois as cenas eram comuns as outras disciplinas, até mesmo aqueles professores que lecionavam para P.L desde o Ensino Fundamental I relatavam os mesmos problemas.

A partir de então fui buscar informações junto a coordenação e aos pais do aluno que me apresentaram laudos e me deram um panorama da vida escolar de P.L e de que o mesmo não sabia que tinha TEA. Ciente de tudo passei a me dedicar a pesquisar sobre o transtorno, mas isso não era o suficiente, pois existiam outras barreiras, o fato de P.L estar em sala de aula regular não significava que o mesmo estava incluso muito menos que se sentia totalmente à vontade naquele ambiente.

Então antes de qualquer mudança no planejamento das minhas aulas, pedi as notas dos anos anteriores de P.L e de sua turma. Ao sistematizar e analisar todas as notas, percebi que houve um declínio no rendimento avaliativo do aluno entre o 6º e o 7º ano, respectivamente 2013 e 2014, período em que o colégio passou por uma reformulação no seu quadro de professores, inclusive daqueles que lecionavam na sala de P.L.

Essa quebra na rotina do aluno desencadeou uma frustração que acabou por refletir até mesmo nas disciplinas em que ele não teve mudança de professor. Conversei com a coordenação e naquele ano estabelecemos que a sala não sofreria mais nenhuma troca de professores. Garantido isso tracei os meus objetivos em relação ao aluno, a sala e a escola como um todo.

<sup>1</sup> P.L foi diagnosticado com Síndrome de Asperger, hoje classificada dentro do Transtorno do Espectro Autista, aos 8 anos de idade. Foi assistido até os seus 12 anos periodicamente por uma equipe multidisciplinar de profissionais que correspondia a: Fonoaudiólogo; Médico Psiquiatra e Neurologista; Terapeuta Ocupacional e Psicólogo. Permanece atualmente com a Terapia cognitiva comportamental semanalmente e visitas semestrais a equipe relatada.

Primeiro determinei que P.L não sairia mais das minhas aulas, faria as tarefas de casa e participaria efetivamente da aula. Em segundo lugar, estabeleci que todos da sala deveriam se respeitar e apoiar uns aos outros diariamente. Em relação ao colégio, a diretora e eu objetivamos que uma séria mudança de postura deveria ocorrer em todo o corpo pedagógico.

Para tanto tracei sete metas, a saber: vínculo; planejamento das aulas; mediação; formação docente; utilização de recursos pedagógicos; realização de trabalhos práticos sob a perspectiva do trabalho de campo e por fim as estratégias de avaliação.

Para percorrer as metas inicialmente realizei um levantamento bibliográfico acerca do TEA, no qual identifiquei as dificuldades inerentes ao transtorno; assisti vídeo documentários com relatos de pais, médicos e professores e, por fim, me aproximei da equipe multidisciplinar que atendia P.L.

Iniciei o estudo em busca da compreensão acerca do TEA pelo âmbito neurológico. Assim pude perceber que o TEA caracteriza-se,

[...] por déficits de atenção persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. (DSM-V, 2014, p. 31).

Consenza e Guerra (2011, p. 133, 134), ainda apontam que o TEA é “caracterizado por anormalidades no comportamento envolvendo a interação social, a linguagem e a cognição, com retardo em 70% dos casos e convulsões em 30% deles. [...] A prevalência é estimada em 1 criança para cada 150.”

As manifestações do TEA podem variar muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; por isso o uso do termo *espectro* (DSM-V, 2014, p. 53). Atualmente dentro do TEA englobam-se, transtornos antes nomeados como o autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. Essa generalização se deve ao fato, dos sintomas desses transtornos “representarem um *continuum* único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos.” (DSM-5, 2014, p. 53).

Até o ano de 2013 a síndrome de Asperger, era classificada em um quadro em que a criança apresentava características semelhantes ao autismo, com dificuldades na comunicação visual e social, mas com inteligência frequentemente acima da média, com desempenho verbal e interesse na aprendizagem de regras sociais (DSM-5, 2014). Embora o diagnóstico desses transtornos sejam feitos por equipe multidisciplinar é na escola que os sintomas são observados.

Ao encontro do TEA as intervenções e estratégias educacionais objetivam o desenvolvimento escolar e cognitivo do estudante, sendo que todos eles têm o direito a educação garantido por lei. Para garantir tais direitos o Brasil no ano de 2009, se comprometeu, por meio do Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, a seguir todas as diretrizes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; reafirmando essa posição, em outras leis e normas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/1996 (LDB) e ECA, n.º 8.069/1990; e pela Lei 12.764/2012), regulamentada pelo Decreto n.º 8.368/2014, em seu “art. 3.º § 2.º, IV, a” que impõe o direito do acesso à educação e ao ensino profissionalizante a todo estudante com TEA.

Ao receber o estudante com o TEA ou com qualquer outro transtorno, síndrome ou deficiência, cabe a escola oferecer, condições de pleno aprendizado e incluir essas medidas no projeto político-pedagógico (PPP). No entanto, cada caso deve ser estudado, a fim de, identificar as barreiras existentes e propor um plano de atendimento educacional especializado, promovendo condições de aprendizagem de igualdade entre todos os estudantes.

Nesse sentido, umas das medidas que podem ser adotadas é transformar as ferramentas tradicionais de aprendizagem em recursos de tecnologia assistiva [TA] de baixa ou alta tecnologia, e estratégias e que essas sejam capazes de possibilitar aos estudantes com TEA a aquisição de novos esquemas, ou seja, que permitam que os estudantes possam reorganizar os seus pensamentos para a assimilação de novos conhecimentos e a produção de novos comportamentos. Segundo Bersch (2008, p. 15) a “TA é mais do que artefatos ou produtos que auxilia a “função”, mas envolve também serviços, estratégias e práticas e acima de tudo a aplicação do conhecimento destinado a promover a autonomia e participação de pessoas com deficiência”.

Depois de breve pesquisa passei a percorrer diariamente as metas traçadas as quais apresento a seguir.

## ESTRATÉGIAS DE ENSINO E RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE ESTUDANTES COM TEA NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

### META 1 – VÍNCULO: PROFESSOR/ESTUDANTE E ESTUDANTE/ESTUDANTE

A primeira estratégia a ser adotada em sala de aula foi o desenvolvimento do vínculo entre a professora e P.L, e, posteriormente, a reconstrução do vínculo entre os estudantes da sala. De início adotei diálogos informais no intervalo das aulas com diferentes estudantes no pátio do colégio, tais diálogos eram utilizados com o pretexto de observar como P.L se comportava em um ambiente diferente da sala de aula.

Com o passar dos dias foi ficando claro que ele por muitas vezes após tomar o seu lanche sentava-se sob a sombra de uma árvore e permanecia ali muitas vezes relatando para alguns alunos as estratégias que ele utilizava em jogos de vídeo *game*. A partir disso me informei sobre tais *games* e passei a participar desses diálogos me aproximando do estudante desenvolvendo e ao mesmo tempo fortalecendo um vínculo de confiança.

Para transpor a barreira entre o pátio e a sala de aula foi proposto que ao fim de cada aula, um estudante teria cinco minutos por aula, para relatar alguma experiência vivenciada. A medida que os relatos foram acontecendo os estudantes foram conhecendo características uns dos outros que até então eram desconhecidas ou esquecidas.

A segunda estratégia utilizada para o desenvolvimento do vínculo entre estudantes foi a roda de discussão. Ao fim de cada unidade encerrada do material didático foi determinado 25 minutos de discussão sobre o tema, para isso foram estabelecidas algumas regras: todos deveriam falar; não poderiam interromper a fala do colega; deveriam respeitar a opinião de todos, mas poderiam apresentar contrapontos; tinham que recapitular o conteúdo em casa e relacioná-lo com algo que fossem próximos a eles. Agi muitas vezes como a disparadora de um tema e posteriormente observava o desenrolar da discussão. Foi então que comecei a perceber que nos temas que P.L apresentava alguma dificuldade, os outros estudantes tentavam falar de forma diferente, voltavam no conteúdo e até mesmo chegavam a relacionar com etapas de determinados *games*.

Essa preocupação entre os estudantes e aproximação em sala de aula demonstraram que o diálogo e as discussões proporcionaram o estabelecimento de vínculo entre eles e entre a professora, o que foi fundamental para o sucesso do trabalho.

### META 2 – PLANEJAMENTO DAS AULAS

O planejamento das aulas é comum a qualquer disciplina, nível e modalidade de ensino, mas em se tratando de ambientes inclusivos isso se torna imprescindível. O ensino de Geografia no currículo do 8º ano do Ensino Fundamental compreende o conhecimento dos continentes Europa, África e Oceania em suas dimensões geográficas, políticas e econômicas. O grande desafio foi levar esse conteúdo para a sala de aula de forma que interessasse P.L e toda a turma. Assim planejei que no início de cada unidade fosse passado a sala um vídeo documentário sobre o tema em estudo, após iniciava as aulas teóricas sempre com o auxílio de mapas de parede, atlas físicos e digitais, imagens de satélite, banco de imagens antigas do *Google Earth*.

Para concluir a unidade convidava professores que estivessem morando em algum dos países temas da unidade para apresentar as suas experiências via *Skype*. Para tanto, antecipadamente, entrava em contato com esses colaboradores e planejava como seria esse encontro que durava em média 30 minutos. Todos esses recursos surtiram muito efeito na sala de aula, mas o sucesso esteve intimamente ligado com o planejamento.



Figura 1. Sala de aula e recursos na disciplina de geografia, 2015.

Fonte: arquivo pessoal.



Figura 2. Discussão: a formação geológica e o pré sal, 2015.

Fonte: arquivo pessoal.

### META 3 – MEDIAÇÃO: PROFESSORES/ESTUDANTE

Ao perceber que as estratégias utilizadas na disciplina de Geografia surtiram efeitos os outros professores começaram a se questionar o porquê P.L participava das aulas de geografia, mas permanecia apático nas demais. Enquanto professora comecei a ouvir os relatos dos meus colegas ao mesmo tempo que os observava em alguns momentos em que estavam conversando com P.L. Percebi que grande parte desses professores tinham suas falas carregadas de um sentido ideológico o qual P.L não conseguia entender e em outros momentos tentavam usar do timbre de voz para que o estudante acordasse em meio as aulas.

O assunto foi levado para as reuniões de professores e lá teve início o relato de experiências de cada professor até mesmo daqueles que não davam mais aula para P.L, a partir dessas trocas foi ficando claro para boa parte dos professores que antes de mais nada eles deveriam criar um vínculo com o estudante. Então passei a mediar o desenvolvimento desse vínculo, levando artigos, livros e documentários para essas reuniões; ouvindo os conflitos entre o professor e o estudante na sala de aula, e como poderiam ter agido diferente. Muitos conseguiram dar grandes saltos nessa etapa, mas ainda faltava algo.

#### META 4 – FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Para orientar na formação do corpo docente do colégio convidamos uma professora especialista em Semiótica para ministrar a palestra “Semiótica e Educação Inclusiva: Contribuições Metodológicas o ensino da linguagem para crianças e jovens autistas”. No primeiro momento pensou-se apenas na participação dos professores que atuavam no colégio, mas como muitos deles trabalhavam em duas ou mais escolas, o assunto foi se espalhando e houve a necessidade de organizar essa formação de forma que chegasse há um público de 80 profissionais que corresponderam a professores, coordenadores pedagógicos, diretores, representantes da secretaria de educação e saúde municipal, monitoras de creches e conselheiros tutelares.

A palestra ocorreu no dia 09 de junho de 2015, após discorrida 3 horas ainda existiam muitas perguntas e discussões, o que demonstra que o tema apesar de ser comum na educação ainda necessitava e necessita de muita divulgação e de muito estudo por parte dos professores. Para diminuir essa distância entre o colégio, a inclusão e o TEA, em todos os encontros pedagógicos dedicávamos ao estudo desses dois temas com suporte de revisões bibliográficas e discussões sobre a rotina das aulas e os conflitos ocorridos.

#### META 5 – RECURSO PEDAGÓGICO: JOGO TABULEIRO

Dentre os recursos pedagógicos utilizados o jogo “Cidadão em Ação”, se tornou peça fundamental nas aulas de Geografia. O jogo é composto de perguntas e repostas, onde os jogadores e suas equipes devem agir estrategicamente para atingir os objetivos do jogo: recuperar “arboreamente” seus lotes, promover a manutenção dos recursos hídricos, orientar e estimular a comunidade a respeito de práticas ambientais e legislação ambiental além de administrar os materiais que lhe são fornecidos (peças que utilizam durante o percurso do jogo). Esse recurso foi utilizado para materializar conteúdos que abordavam questões ambientais urbanas que ao serem apresentadas pelo material didático não despertava tanto a atenção dos alunos.

As várias etapas do jogo envolvem conhecimentos de Geografia, Ciências e Raciocínio Lógico Matemático. No momento em que jogavam todos os alunos se envolviam e P.L demonstrava muita desenvoltura com o tema, apresentando como as etapas do jogo poderiam ser implementadas no plano real.



Figura 3. Cartas do jogo “cidadão em ação”, 2015. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 4. Jogo de tabuleiro “cidadão em ação”, 2015. Fonte: arquivo pessoal.

#### META 6 – TRABALHO DE CAMPO (TC)

Lugar de Geógrafo é no campo, e com os “Geógrafos mirins” isso não foi diferente, durante o ano letivo de 2015 foram programados três trabalhos de campo da disciplina, mas havia um problema P.L nunca tinha saído do colégio para viagem com os colegas e professores, e sentia-se aflito todas as vezes que tocávamos no assunto e se recusava a participar. Para que tudo ocorresse da maneira mais confortável o possível foi planejado um encontro com todos os pais explicando o motivo dos TC e preenchimento das autorizações.

No decorrer das aulas o conteúdo foi sendo trabalhado e relacionado com aquilo que eles viam na prática. Antes de cada viagem reforçávamos o contrato de boas normas de convivência durante as viagens frisando sempre que todos eles precisavam do apoio uns dos outros. E que eles vivenciariam momentos de aprendizagem por isso deveriam encarar seriamente os trabalhos. Particularmente com P.L todas as viagens foram-lhe apresentadas primeiro virtualmente através da ferramenta *Street View – Google Maps* (Google Inc), para que ele ficasse ciente dos caminhos e locais que iríamos explorar.

Foram realizados três TC, apresentados pelas figuras 5, 6 e 7. Após cada trabalho de campo, os alunos relataram as suas experiências.



Figura 6 - TC - Feira das Profissões, Unoeste, 2015.  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 5 - TC – Unoeste, 2015. Colaboração Dra. Zizi Trevizan apresentando um pouco da história da Unoeste e a Carreira de pesquisador.  
Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 7 - TC - Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), 2015.

Fonte: Arquivo Pessoal.

## META 7 – AVALIAÇÃO

A estratégias utilizadas para avaliar P.L e sua turma foram o registro diário da participação de todos em sala, relatórios de TC, desempenho no jogo tabuleiro “Cidadão em Ação” e avaliações tradicionais do colégio. Essa última foi elaborada de maneira que abordasse o conteúdo de forma objetiva e o mais concreto possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

o sucesso de todo esse trabalho, que perdurou mais de um ano letivo, resultou no bem-estar, no fortalecimento dos laços de confiança e no desempenho escolar dessa turma. P.L hoje já está ciente de que tem TEA e, recentemente, na oportunidade dos seus cinco minutos de relato de experiência começou a sua fala com a seguinte frase: “Finalmente hoje é dia de falar de quem tem TEA, eu tenho e não é ruim”. A confiança e a naturalidade com que o estudante tratou o assunto com os seus colegas demonstrou que todo o trabalho contribuiu de maneira muito satisfatória para a sua convivência com os demais alunos da sala e com o ambiente escolar. Todas as estratégias e recursos utilizados partiram de uma iniciativa única que aos poucos se tornaram determinantes para o desenvolvimento de novas habilidades, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento e fortalecimento do vínculo de P.L com os aqueles que participam do seu convívio.

## REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM - V. (5 ed.)*. (M. I. Nascimento, Trad.) Porto Alegre: Artmed, 2014.

BERSCH, R. *Introdução a Tecnologia Assistiva*. CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil: Porto Alegre, 2008.

BRASIL, *Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

BRASIL, *Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/l12764.htm)>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

BRASIL, Congresso Nacional, Câmara de Deputados. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Atualizada em 19 de março de 2015.

## NOTA SOBRE A AUTORA

### GISELE SILVA ARAÚJO

Graduada em Licenciatura em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp – Presidente Prudente – SP; Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela mesma instituição. Pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão Escolar, Tecnologia Assistiva e Atividade Motora Adaptada – GEPITAMA (FCT-Unesp); Membro do Grupo de Pesquisa Contexto Escolar e Processo de Ensino Aprendizagem: Ações e Interações (CONTEPEA – UNOESTE) e Deficiências Físicas e Sensoriais (Defsen – FFC). Professora de Geografia do Centro Educacional Solução – Mirante do Paranapanema – SP. [gieducacao@gmail.com](mailto:gieducacao@gmail.com)